



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1724846 - SC (2020/0159378-6)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : **KAKO CONFECÇOES LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **GRAZIELLE SEGER PFAU - SC015860**
: **MARCELO SEGER - SC022851**
AGRAVANTE : **FAZENDA NACIONAL**
AGRAVADO : **OS MESMOS**

DECISÃO

Cuida-se de tutela de urgência apresentada por KAKO CONFECÇÕES LTDA - em recuperação judicial, em que se requer a concessão de liminar para compensar valores indevidamente recolhidos, independentemente do trânsito em julgado do processo, com exclusão do valor do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, referentes a períodos vincendos, diante do posicionamento atual do STF sobre o tema.

Em suma, alega que (fl. 2146):

Com a aplicação da tutela provisória de evidência pelo Tribunaise por esta Corte Superior, resta ainda mais nítido o direitoa exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS,com base na decisão de repercussão geral proferida no RE nº 574.706/PR, inclusive aos pagamentos efetuados sob a égide da Lei nº 12.973/2014. Ante o exposto, requer seja concedida a tutela provisória de evidência, para reconhecer o direito da recorrente de compensar os valores indevidamente recolhidos, independentemente do trânsito em julgado deste processo, e excluir o valor do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, atinentes a períodos vincendos.

O Ministro Relator determinou a intimação da Procuradoria da Fazenda Nacional para fins de manifestação em razão do entendimento consolidado pelo STF no tema n. 69 (fl. 2138), a qual se manifestou às fls. 2149-2150.

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano

ou o risco ao resultado útil do processo. Ou seja, o deferimento do pedido de tutela provisória de urgência exige a presença simultânea de dois requisitos autorizadores: o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no pedido, e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade de perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Na espécie, a parte requerente deixou de demonstrar o *periculum in mora*, não tendo desenvolvido nenhuma argumentação sobre a necessidade concreta e urgente de concessão de liminar para fins de adequação do julgamento à tese definida pelo STF, que justifique a atuação em regime de plantão.

Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória de urgência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência